

CONCEPÇÕES DE ALUNOS SOBRE LÍNGUA E ESCRITA EM DISPOSITIVOS MÓVEIS

Benedito Gomes Bezerra (UPE/UNICAP)
beneditobezerra@gmail.com

Amanda Cavalcante de Oliveira Lêdo (UFPE)
mandinhacavalcante@yahoo.com.br

RESUMO

Partindo da análise das respostas de estudantes de graduação a um questionário, esta pesquisa investiga as concepções de alunos sobre suas próprias práticas de escrita em dispositivos móveis, como smartphones e tablets. Os resultados sugerem que parte dos estudantes compreende que os usos da língua são variáveis, contudo recomendam o “cuidado” com a língua, revelando uma concepção de língua normativa.

PALAVRAS-CHAVE: concepções de língua; práticas de escrita; dispositivos móveis.

ABSTRACT

Analyzing the answers of undergraduate students to a survey questionnaire, this research investigates students' conceptions relating to their own writing practices in mobile devices such as smartphones and tablets. Results suggest that students understand language uses as variable, however recommend "to be careful" with language, revealing a normative conception of language.

KEYWORDS: conceptions of language; writing practices; mobile devices.

0. Introdução

“Falar uma língua é sempre mover-se no terreno pantanoso das crenças, das superstições, das ideologias e das representações.” (Marcos Bagno).

A língua, artefato dinâmico, complexo, heterogêneo e variável (BAGNO, 2007), é objeto de diferentes representações entre seus usuários, que a utilizam nas distintas práticas de linguagem de que participam. Os diferentes usos que os falantes/escritores

fazem da língua estão imbuídos de valores e julgamentos sociais e adquirem *status* diferenciados que, muitas vezes, são transferidos para os próprios usuários.

É amplamente reconhecido que, com o advento da internet, as práticas de leitura e escrita se modificaram sensivelmente, tendo em vista os novos recursos permitidos pelo meio eletrônico. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) possibilitam a criação e reconfiguração de práticas comunicativas e discursivas, por exemplo, através de gêneros de texto capazes de responder a novas necessidades interativas. A comunicação via internet, em especial no âmbito das redes sociais digitais, nas quais os jovens figuram como protagonistas e usuários centrais, muitas vezes lança mão de uma linguagem característica, conhecida como “linguagem da internet” ou “internetês”, que, por se afastar significativamente do padrão gráfico da língua, tem sido objeto de intensas discussões, tanto no âmbito acadêmico como na mídia e na sociedade em geral.

Assim, a comunicação ocorrida através das mídias digitais, a exemplo daquela mediada por dispositivos móveis tais como *smartphones* e *tablets*, frequentemente inclui práticas de escrita mais flexíveis que são estigmatizadas por se afastarem do modelo de grafia “correta”.

Diante do exposto, este estudo teve como objetivo investigar as concepções de alunos de dois cursos de graduação (bacharelado em Direito e licenciatura em Letras) a respeito de suas próprias práticas de escrita mediadas por dispositivos móveis conectados à internet, a partir da análise das respostas desses estudantes a um questionário com questões abertas sobre como usam/veem a escrita nesses suportes.

Na tentativa de alcançar seus propósitos, o artigo está organizado da seguinte maneira: primeiro, abordamos as noções de língua, variação linguística e internetês que assumimos, relacionando esses conceitos com as práticas de escrita mediadas pelas tecnologias digitais móveis. Finalmente, apresentamos nossa análise das respostas dos estudantes, concluindo com a discussão dos resultados nas considerações finais.

1. Língua e variação

Conforme Marcuschi (2008, p. 59), a língua pode ser vista a partir de diferentes concepções: (a) como forma ou estrutura; (b) como instrumento de comunicação; (c) como atividade cognitiva; (d) como atividade sociointerativa situada. Neste trabalho, partimos da concepção de língua como atividade sociointerativa situada, assumindo que ela se constitui como fenômeno histórico e cultural, como atividade sociocognitiva e como lugar de interação social (MARCUSCHI, 2008).

Nesse sentido, a língua é também marcada pela heterogeneidade e constituída por um conjunto de variedades, igualmente legítimas do ponto de vista linguístico, mas às quais são atribuídos diferentes *status* do ponto de vista social. Essas variedades são utilizadas pelos sujeitos em distintas situações de comunicação, de acordo com os diferentes contextos de produção (quem são os interlocutores, qual o grau de formalidade, qual o gênero de texto etc.). Dessa forma, a língua se apresenta como um organismo vivo e intrinsecamente dinâmico, flexível e variável (BAGNO, 2007; 2014).

Considerando-se esses aspectos definidores, a variação linguística somente poderia ser vista como uma característica inerente à língua, e não como um acidente ou defeito. Significa dizer que a língua é utilizada concretamente pelos seus falantes de muitas maneiras, nas mais diversas situações de uso, em função dos mais variados propósitos sociais. Consequentemente, a língua se encontra em permanente estado de transformação, é fluida e instável, manifestando-se historicamente na forma de um conjunto de variedades linguísticas.

Um dos conceitos associados às variedades linguísticas é o de norma padrão, que consiste em um ideal de língua representado por um conjunto de regras prescrito pela gramática normativa. A norma padrão não constitui uma variedade real, na medida em que se trata de um modelo idealizado, que não se realiza efetivamente por não ser falado por nenhuma comunidade ou grupo. O conjunto de usos que mais se aproxima

da norma padrão constitui a norma culta¹, que é formada pelas variedades urbanas de prestígio e “designa o conjunto de fenômenos linguísticos que ocorrem habitualmente no uso dos falantes letrados em situações mais monitoradas de fala e escrita” (FARACO, 2008: 73). A norma culta, por se referir a variedades reais, inclui certos usos linguísticos que não estão previstos na norma padrão, assim como a norma padrão dispõe de regras que já não são mais utilizadas pelos falantes “cultos”, mesmo em situações monitoradas (BAGNO, 2007). Essa variedade recebe grande valorização social e representa um instrumento de poder e *status* para os usuários que a utilizam, como também um fator de exclusão e preconceito contra aqueles que não a dominam.

A supervalorização da norma padrão contribui para a disseminação de valores autoritários e discriminatórios. Ela se torna elemento determinante da hegemonia e do controle de um grupo de prestígio, se transformando em fator de exclusão sociocultural (MONTEAGUDO, 2011). É nesse sentido que Faraco (2008) critica a “cultura do erro”, a partir da qual são impostas as formas “corretas” e considerados “errados” os usos que não correspondem a elas. O autor se refere a essa atitude reducionista como a “norma curta”, mecanismo pelo qual as regras são usadas para julgar as manifestações linguísticas dos falantes. A “norma curta” encontra ampla aceitação nas instituições sociais, em especial na mídia e na escola.

1.1. Escola e variação

A escola figura como um dos principais agentes de valorização, disseminação e manutenção da ideologia da norma padrão. No contexto escolar, prevalece o discurso de exaltação da norma, em detrimento das demais variedades, embora recentemente tenha ocorrido a inserção do tema da variação linguística no currículo, até por força dos

1 Embora encontremos na literatura os termos norma padrão e norma culta como sinônimos, nesse trabalho assumimos, com Bagno (2007), que a primeira noção corresponde a um modelo idealizado e ideologizado e a segunda diz respeito a usos concretos/reais da língua. Além disso, concordamos com Faraco (2008) em que, apesar de fazermos referência a uma norma culta (no singular), o que de fato ocorre é uma diversidade de manifestações linguísticas que acarreta diferentes realizações da linguagem urbana culta. O estudioso também defende a importância de se distinguir a norma culta falada da norma culta escrita. Tais reflexões sugerem ser mais adequado pensar em “normas cultas”.

PCN. Contudo, o tratamento dado à questão da variação ainda é incipiente e, muitas vezes, estereotipado e preconceituoso, na medida em que a variação é tratada como um problema e não como uma característica inerente à língua².

Atribui-se à escola, espécie de templo e guardiã da tradição gramatical, a tarefa de ensinar para os alunos a norma padrão. Nessa empreitada, em geral a postura assumida pela escola é de valorização dessa norma não apenas como a melhor, mas como a única possível, independentemente da situação da comunicação, de quem são os participantes, de qual é o propósito da interação, de qual gênero textual se trata e de qual é o suporte desse gênero. A instituição escolar parece tentar se isolar das práticas sociocomunicativas estabelecidas em outras instâncias, a exemplo das práticas de linguagem que acontecem através das tecnologias digitais e que utilizam o internetês, sustentando que se utilize a norma padrão sempre, sob o risco de o falante sofrer graves consequências pela sua infração: ser julgado e discriminado por seu comportamento linguístico. Assim, a norma padrão (ideal de língua) e as variedades cultas³ efetivamente utilizadas por pessoas de maior grau de instrução e maior poder aquisitivo recebem grande valorização na sociedade.

1.2. Imaginário social: variação linguística na oralidade e na escrita

Faraco (2011) destaca o poder que têm as imagens e significados que envolvem a língua e compõem o imaginário social na construção do prestígio da norma padrão e da norma culta diante das demais variedades linguísticas. Dentre as falácias que constituem esse imaginário destacamos: (i) associação de língua (apenas) com a modalidade escrita e (ii) a crença de que a escrita é homogênea.

2 Recomendamos a leitura de Bagno (2013) para uma discussão dos problemas relativos à abordagem da variação linguística pelos livros didáticos de língua portuguesa.

3 Para uma reflexão mais crítica sobre a norma culta, sugerimos conferir Bagno (2007) e Faraco (2008). Os autores problematizam, entre outras coisas, a questão da norma culta a partir de sua nomeação: quem escolheu a norma culta? Quem são os falantes dessa norma (as pessoas cultas)? Aqueles não falam a norma culta são incultos? Ela pressupõe outra norma (inculta)?

O primeiro aspecto se relaciona, historicamente, com a eleição pelos estudiosos gregos de um ideal de língua baseado na consagrada escrita literária clássica. É nesse contexto que está a origem da gramática tradicional ou normativa, cujas regras têm o intuito de preservar a maneira mais “correta”, “bela” e “cultura” de utilização da língua (BAGNO, 2012). A língua, nessa concepção, seria representada pela escrita, na medida em que essa modalidade transportaria a língua do plano abstrato para uma realidade palpável (BAGNO, 2011).

Nesse processo de “corporificação”, a escrita perde o *status* de mera representação e passa a ser concebida como a própria língua, a língua concreta (quando na verdade é uma das modalidades em que ela se apresenta). Com essa reificação da escrita, no senso comum, há a transferência das características dessa modalidade para a língua, ou seja, as pessoas passam a associar os aspectos típicos de determinado modelo de escrita à língua, como se esta fosse monolítica. Tal fato também está relacionado à dicotomia entre as duas modalidades da língua: a fala (considerada desorganizada, informal, desregrada, popular) e a escrita (considerada organizada, formal, regrada, culta). Se, como lembra Faraco (2011), tradicionalmente se faz uma estreita vinculação entre “língua escrita” e norma padrão, isso significa que em geral se toma a “língua oral” (fala) como lugar de variação linguística e a escrita como intrinsecamente homogênea.

Portanto, há uma estreita relação entre a crença de que a escrita é homogênea, invariável, e a associação da escrita à norma padrão, na medida em que essa norma, de fato, não se reporta à diversidade das manifestações linguísticas, mas, como já discutimos, a um modelo ideal e artificial de língua. Contudo, é importante ressaltar que, como modalidade semiótica ou forma de representação da língua, a escrita efetivamente se manifesta em diferentes variedades linguísticas, desde as mais valorizadas, como a norma culta, até aquelas que recebem estigma social, a exemplo do internetês, do qual trataremos a seguir.

2. Língua(gem) da internet? Considerações sobre o internetês

Como lembramos anteriormente, a internet vem facilitando a inauguração de novos paradigmas para as práticas de leitura e escrita, na medida em que as tecnologias digitais possibilitam uma reconfiguração da interação através dos novos recursos disponíveis.

Com a progressiva queda dos custos dos equipamentos e a melhoria na qualidade dos serviços de dados, cada vez mais pessoas têm acesso à comunicação através de dispositivos móveis tais como o *smartphone* e o *tablet*. Atualmente, cerca de 43 milhões de brasileiros navegam pela internet utilizando dispositivos móveis e 1 em cada 5 brasileiros costuma comentar, divulgar ou compartilhar experiências pela internet no exato momento em que elas acontecem⁴, utilizando esses aparelhos. Segundo Dias, Deus e Ireland (2013), o aparelho celular, especialmente o *smartphone*, se configura como a TIC cuja utilização apresenta o maior crescimento nos últimos anos.

No ambiente eletrônico, a leitura e a escrita são atividades fundamentais, visto que na maior parte do tempo, a navegação nos sites requer que os usuários leiam e escrevam com frequência. As práticas de leitura e escrita em questão se realizam por meio de diversos gêneros textuais, provenientes das diferentes esferas sociais, aspecto que evidencia como a linguagem utilizada na internet é igualmente múltipla, tanto do ponto de vista dos recursos textuais, discursivos e semióticos como das variedades linguísticas. Dessa forma, é possível, dependendo do gênero, encontrar a utilização de variedades mais ou menos prestigiadas na rede, embora alguns trabalhos façam referência à “linguagem da internet”, como se fosse única e homogênea (BEZERRA, 2013).

A fim de evitar generalizações e considerando que não existe uma linguagem única, mas sim linguagens da/na internet (cf. BEZERRA, 2013), ressaltamos que quando nos referirmos à “linguagem da internet” ou “internetês”, estamos tratando das práticas comunicativas/discursivas realizadas em contextos informais em determinados gêneros

4 Fonte: <http://datafolha.folha.uol.com.br/mercado/2014/01/1400618-43-milhoes-de-brasileiros-acessam-internet-por-dispositivos-moveis.shtml>. Acesso em: 12 fev. 2015.

de textos, presentes especialmente em sites de relacionamento, *blogs* e serviços de bate-papo (*chats*). Ademais, essas práticas são responsáveis pela formação e manutenção das inúmeras redes sociais que se constituem em torno desses recursos.

O internetês tem sido descrito como uma “forma grafolinguística” utilizada tipicamente em textos encontrados em *chats*, *blogs* e outros mecanismos mediadores de redes sociais (KOMESU; TENANI, 2009). Dentre suas principais características, costuma-se citar a prática frequente da abreviação, a supressão ou acréscimo (repetição) de sinais de pontuação, a omissão de acentos gráficos, a troca, o acréscimo (inclusive repetição) ou a omissão de letras. Parcialmente, pelo menos, trata-se de uma escrita simplificada ou reduzida, que parece se orientar mais fortemente pelo princípio da economia, tendo em vista especialmente a velocidade da interação. O internetês aparece como “um novo estilo no projeto de dizer dos sujeitos contemporâneos, o qual foge ao uso da escrita já estandardizado socialmente, provocando o estranhamento e a rejeição por parte de alguns setores mais conservadores da sociedade” (DIEB; AVELINO, 2009: 264).

No presente trabalho, o internetês é tomado como uma variedade linguística no sentido sociolinguístico do termo (ARAÚJO, 2007), “uma nova, mas não absolutamente inédita, variedade escrita de uso da língua portuguesa, que se constitui paralelamente à escrita e à ortografia oficial do português brasileiro” (BEZERRA, 2013: 3). Essa variedade, contudo, é desprestigiada socialmente e, muitas vezes, demonizada pelos discursos escolar e midiático, responsabilizada por estimular os estudantes a “escreverem errado”. A valorização das variedades cultas, em detrimento das variedades populares e do internetês (mais ligada ao aspecto etário), encontra respaldo em discursos sobre a “preservação” da língua portuguesa, sendo possível detectar preconceito linguístico contra o internetês inclusive da parte de estudiosos da linguagem (FERREIRA; SHEPHERD, 2011). Dessa forma, o internetês é constantemente confrontado com o ideal de escrita que é cobrado na escola e o não reconhecimento dessa variedade leva à preocupação com a “degradação” da língua.

Dentre os recentes trabalhos que têm investigado o internetês, destacamos o de Bezerra (2013), no qual o autor analisa os sentidos construídos pelo discurso acadêmico a respeito das práticas de linguagem da/na internet, constatando como a “linguagem da internet” é, muitas vezes, estigmatizada. Os estudos de Galli (2008), a respeito do imaginário sobre a escrita a partir da análise de comunidades do Orkut, e de Bezerra (2014), sobre o normativismo linguístico em páginas do *Facebook*, também verificam o enraizamento dos discursos sobre preservação da língua na crítica do uso do internetês e constatam que, contraditoriamente, os mesmos usuários que “defendem” a língua e pregam a escrita “correta” transgridem tais normas quando escrevem. Tais exemplos permitem concluir que há necessidade de mais pesquisas que contribuam para compreender com maior profundidade a escrita realizada em suportes digitais e desconstruam os preconceitos contra os usos linguísticos emergentes da/na internet.

3. Concepções dos estudantes sobre a escrita em dispositivos móveis

A fim de observar as concepções de língua escrita e seus usos em dispositivos móveis, convidamos alunos de dois cursos de graduação, Licenciatura em Letras e Bacharelado em Direito, de diferentes Universidades, para responder a um questionário com perguntas abertas a respeito de suas práticas de escrita nesses suportes. O *corpus* que analisamos corresponde às respostas de 20 estudantes, sendo 10 do 4º período de Letras e 10 do 1º período de Direito, durante o 2º semestre de 2014. Esses alunos cursaram ou estavam cursando pelo menos uma disciplina em que se abordava a língua sob o ponto de vista de sua heterogeneidade e variabilidade. Em nossa análise, discutimos as concepções de língua e escrita subjacentes às respostas dos estudantes

3.1. Frequência de uso e preferências

Perguntamos aos alunos com que frequência eles utilizam dispositivos eletrônicos como *smartphones* e *tablets* para se comunicar, especialmente com amigos e familiares, no dia a dia. Sobre isso, cerca de 80% dos estudantes entrevistados afirmam

que utilizam com muita frequência, demonstrando que essas tecnologias fazem parte do cotidiano da maioria. Também segundo os estudantes, os aplicativos que mais usam para participar de redes sociais através de dispositivos móveis são o *Whatsapp* e o *Facebook*.

Questionados sobre como avaliavam a importância desses dispositivos e aplicativos para suas atividades diárias, a maioria dos estudantes respondeu que eles são muito importantes e muito úteis, porque facilitam a comunicação no seu dia a dia, e seu uso não se restringe a entretenimento, mas, segundo os estudantes, é também essencial para a resolução de questões relacionadas a estudo e trabalho.

Considerando a diversidade de pessoas e propósitos com os quais os estudantes utilizam esses dispositivos (comunicação com familiares, com amigos, com chefes, colegas de faculdade, colegas de trabalho, enfim, pessoas com diferentes graus de instrução, diferentes relações e proximidade com o estudante), é possível supor que sejam igualmente múltiplas as formas como devem utilizar a língua. No entanto, como vamos perceber, ao menos idealmente, para boa parte deles prevalece a preocupação em escrever de maneira “correta”.

3.2. Os estudantes e o “cuidado” com a língua

Em outra questão, quisemos saber se eles consideravam necessário ter algum cuidado com o uso da língua portuguesa na comunicação por *smartphones* ou *tablets* e por quê. A maioria deles (60%) respondeu que sim, que é necessário ter o devido cuidado com a escrita ao usar esses dispositivos. Dentre as justificativas apresentadas, são recorrentes as ideias de que: (i) o uso “incorreto” da língua passa a imagem de falta de conhecimento sobre ela; (ii) como o uso desses meios e do internetês influencia o modo como escrevemos, devemos ter cuidado para não escrever “errado” em uma situação formal; (iii) devemos escrever “corretamente” para que a mensagem seja entendida.

É possível perceber, nas respostas dos estudantes, crenças provenientes do senso comum, tais como o pensamento de que a norma padrão deve prevalecer em todas as situações de que o usuário participar, especialmente na modalidade escrita; e que utilizar o internetês influenciaria os estudantes a escreverem “errado” em outras situações. Tais aspectos contrariam a noção de que o usuário da língua é capaz de adequar as diferentes variedades que conhece às necessidades da situação comunicativa. Também constatamos a ideia de que, se a escrita não estiver de acordo com a norma padrão, a compreensão não será possível, não será comunicação em português (o internetês é frequentemente descrito como uma “nova língua”). Entretanto, percebemos que a compreensão pode ser prejudicada (mas não impossibilitada) apenas nos casos em que o usuário não adquiriu minimamente algum letramento nas práticas digitais, o que não ocorre com os estudantes em questão, dada a frequência de uso dos dispositivos móveis que afirmam manter.

Nessa questão, uma justificativa chamou nossa atenção: um estudante de Letras afirma que todos devem ter cuidado com a língua portuguesa ao usar dispositivos móveis, mas especialmente se for aluno desse curso, visto que se escrever “errado” será mais criticado. Esse comentário revela a cobrança social sofrida pelo estudante de Letras para que “preze pela língua”, ou seja, a expectativa de que sempre use a língua “corretamente”, o que significa de acordo com a norma padrão. Podemos considerar que isso revela o quanto o estudante se sente constrangido a utilizar essa norma em todas as situações. Ressalte-se que, em geral, tal cobrança não é estendida com igual intensidade a qualquer pessoa que faça um curso superior. Tal aspecto se relaciona com o imaginário social de que os estudantes de Letras, professores de língua em formação, “dominam” (ou precisam “dominar”) a norma padrão.

Ainda sobre a necessidade de cuidado com o uso da língua portuguesa em dispositivos móveis, 20% dos estudantes responderam que não e 20% responderam que depende, apresentando justificativas similares para os dois pontos de vista. Dentre elas, é recorrente a ideia de que a língua deve se adequar ao ambiente/situação/interlocutor. Tal pensamento está relacionado ao reconhecimento de que há diferentes formas de se

comunicar (variedades) e de que essas formas devem ser usadas adequadamente, de acordo com as necessidades comunicativas. É possível que essa ideia seja proveniente do contato dos estudantes com disciplinas que enfatizem o ponto de vista descritivo/científico da língua.

Outro comentário defende que a preocupação em “seguir as regras gramaticais” (isto é, a norma padrão) depende de, por exemplo, se a escrita fica disponível para a visualização pública, para a exposição de si possibilitada pelas tecnologias digitais. Assim, seria admissível, por exemplo, não “seguir as regras gramaticais” em uma mensagem de texto (SMS) privada, mas não seria recomendável fazer isso em um comentário público no *Facebook*. Percebe-se que há a preocupação do usuário em não criar uma imagem negativa de si, associada a determinados usos da língua, menos prestigiados.

3.3. Avaliação dos usos da língua em dispositivos móveis

A respeito de como avaliam a maneira como a maioria das pessoas (conhecidas deles ou não) utiliza a língua portuguesa ao usar dispositivos móveis para comunicação, parte dos estudantes respondeu que a maioria das pessoas escreve com displicência, de forma errada, com muitas abreviações e erros de concordância, com “uso excessivo do ‘internetês’ ou de gírias”. Já outra parte avalia que as pessoas escrevem de maneira informal, “normal” e de forma compreensível. No exemplo 01, apresentamos alguns comentários dos estudantes sobre essa questão:

Exemplo 01: Avaliação dos estudantes sobre o uso da língua em dispositivos móveis

Estudante A: [Essa escrita é] Diferente de uma escrita formal, pois a linguagem utilizada nesses meios procura ser a mais rápida e estratégica possível.

Estudante B: Eu particularmente não os julgo conscientemente, mas de alguma maneira tenho preconceito ou até me afasto de indivíduos que não se adequaram ao uso da língua em nível básico por exemplo e tiveram condições pra isso. Logo, por assumir isso, mesmo que no subconsciente, avalio como uma desconstrução da língua, a forma como ela é usada.

Com base no exemplo, podemos perceber que existem diferentes graus de aceitação das práticas de linguagem emergentes na internet e diferentes pontos de vista na avaliação que se faz dessa escrita, que variam desde assumir que ela é adequada ao meio digital até a depreciação dos usuários que a utilizam e se afastam da norma padrão (apesar de o próprio estudante dispensar o uso do acento gráfico, tal qual acontece, de maneira geral, no internetês que ele critica): o estudante A considera o internetês uma variedade adequada a situações informais, que atende a uma demanda de escrita “rápida e estratégica” própria da comunicação através desses dispositivos. Já o estudante B assume ter uma atitude preconceituosa com as pessoas que não utilizam a língua “em um nível básico”, mas que a “desconstroem”, posicionamento que defende a soberania da prescrição normativa da língua.

O julgamento depreciativo das atividades linguageiras menos prestigiadas esteve presente em mais de um comentário e frequentemente foi transferido para os usuários, na imagem que o estudante faz de si mesmo e do outro, baseados na sua (in)competência linguística. Além disso, nota-se o impacto do preconceito linguístico nas relações sociais, na forma de exclusão (“ate me afasto de individuos que não se adequaram ao uso da língua em nivel básico”).

Em outra questão, perguntamos também como esses estudantes avaliam a própria maneira como usam a língua através dos dispositivos móveis. De maneira geral, dentre as respostas mais recorrentes estão que eles consideram que: (i) usam a língua de maneira eficaz (mas não esclarecem o que significa isso); (ii) escrevem de maneira informal; (iii) depende da pessoa com quem estão conversando; (iv) procuram escrever respeitando a gramática, mas às vezes têm preguiça de escrever frases longas ou querem demonstrar sentimentos (por exemplo, utilizando “kkkk” para indicar risos); (v) tentam escrever da melhor forma possível, a qual está associada a objetividade, clareza e obediência às regras ortográficas/gramaticais.

Assim, a autoavaliação dos estudantes sugere que a maioria se preocupa em escrever seguindo as regras da gramática normativa, ainda que, eventualmente, por preguiça ou outra razão, faça uso do internetês. Aparentemente, os estudantes

percebem que existem diferentes formas de falar e escrever e parecem transitar entre essas variedades conscientemente. Ainda sobre essa questão, destacamos no exemplo 02 alguns comentários dos estudantes:

Exemplo 02: Avaliação dos estudantes sobre como utilizam a escrita em dispositivos móveis

Estudante C: Entre amigos abrevio as palavras, e quando preciso escrever de forma correta, fico me perguntando qual a forma certa.

Estudante D: Tento não utilizar alguns termos como “concerteza” para não trazer isso para outras situações.

Em seu argumento, o estudante C considera que a abreviação de palavras que utiliza quando interage em uma situação de baixa formalidade interfere em seu desempenho quando necessita escrever segundo a norma padrão, na medida em que fica em dúvida sobre qual a forma correta. No entanto, acreditamos que, provavelmente, a dúvida sobre a grafia da palavra é anterior ou independente do uso do internetês e não em sua decorrência. Se, por exemplo, o estudante escreve na internet “pq” (e isso é suficiente naquela situação), mas quando precisa escrever segundo a norma padrão fica em dúvida sobre usar “por que”, “porque” “porquê” ou “por quê”, esse problema é fruto do desconhecimento da regra gramatical pertinente e não influência do internetês.

Já o estudante D afirma que em sua escrita através dos dispositivos móveis procura evitar termos como “concerteza”. Nesse caso, parece que há uma confusão bastante comum entre as pessoas e recorrente nas respostas dos estudantes entre o que seria a escrita típica da internet (o internetês) e a escrita de outras variedades linguísticas na internet ou fora dela, ou seja, confundem problemas de ortografia com internetês. Ao considerar que a grafia de “concerteza” faz parte do internetês, o estudante não leva em conta que ela acontece com frequência em suportes convencionais de escrita com ou sem relação com a internet.

Embora não seja, ao que tudo indica, responsável pelo surgimento de formas como “concerteza”, o que a internet fez foi conferir maior visibilidade a problemas de aquisição da grafia oficial que antes ficariam mais restritos a situações específicas de escrita. Esse fato, antes de ser avaliado primordialmente como algo negativo, pode ser

visto como uma contribuição para um diagnóstico mais exato sobre desafios específicos para o ensino de aquisição da escrita.

Considerações finais

Nosso objetivo, neste artigo, foi refletir sobre as concepções de alunos de graduação sobre as práticas de escrita que realizam através de dispositivos móveis. Através da análise das respostas dos estudantes a um questionário sobre como esses estudantes usam/veem a língua quando se comunicam por meio de *smartphones* e *tablets*, buscamos investigar o imaginário construído em torno da língua e da escrita.

Foi possível perceber que as tecnologias representadas pelos dispositivos móveis estão presentes no cotidiano desses estudantes e que sua frequência de uso é acentuada. Entretanto, como vimos, a maioria dos estudantes considerou ser necessário ter cuidado com a escrita, apontando a necessidade de “escrever corretamente” nesses suportes, apesar de alguns também mencionarem a adequação (à situação, ao meio, ao interlocutor) como fator decisivo para a escolha de como utilizar a língua.

Embora os estudantes fossem provenientes de diferentes cursos superiores, de maneira geral suas respostas foram bastante próximas, exceto quando alguns estudantes de Letras fizeram referência à expectativa social de que eles deveriam sempre utilizar a língua “corretamente” devido à cobrança social que recebem em decorrência do seu curso.

Foi recorrente nas respostas dos estudantes a identificação do valor social atribuído às variedades linguísticas, juízos que são transferidos para o falante, julgando-o mais positiva ou negativamente, bem como a preocupação diante da projeção da imagem de si e do outro através do uso da língua. Acreditamos que os estudantes, assim como os usuários em geral, têm uma concepção idealizada da própria escrita, seja por considerarem que ela está livre dos problemas que encontram na escrita dos outros ou, ao contrário, por acharem que não sabem escrever corretamente. Um desdobramento futuro da reflexão aqui apresentada seria observar empiricamente as práticas de escrita realizadas efetivamente por esses estudantes em dispositivos móveis.

O internetês foi frequentemente associado ou confundido com problemas formais como a ortografia (“concerteza”), a ausência de concordância e a pontuação. O internetês, embora mais associado a uma faixa etária do que a uma classe social como é o caso das variedades linguísticas mais estigmatizadas, entretanto compartilha com essas variedades populares o estigma do “erro” e da não obediência às “regras gramaticais” (isto é, à norma padrão, tomada como a única norma dotada de regras e de gramática).

Assim, de maneira geral, os posicionamentos estão polarizados basicamente em dois pontos de vista: por um lado, os estudantes reproduzem o discurso escolar de hegemonia da norma padrão e preocupação com a preservação da língua, sendo esse o ponto de vista mais recorrente e, por outro, estão conscientes de que há usos mais ou menos adequados a cada situação e ambiente. Nesse sentido, ora o internetês (especialmente, em relação à abreviação das palavras) figura como um problema que deve ser evitado, sob o risco de influenciar a escrita em situações formais, ora aparece como variedade justificada em virtude da necessidade de rapidez na escrita ou do alto grau de informalidade, entre outras razões.

Referências

- ARAÚJO, J. C. O internetês não é língua portuguesa? *Vida e educação*, ano 4, n. 13, p. 28-29, mar./abr. 2007.
- BAGNO, M. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BAGNO, M. Norma linguística, hibridismo e tradução. *Traduzires*, n. 1, p. 19-32, mai/2012.
- BAGNO, M. *Sete erros aos quatro ventos: a variação linguística no ensino de português*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.
- BAGNO, M. *Língua, linguagem, linguística: pondo os pingos nos ii*. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- BEZERRA, B. G. O discurso acadêmico sobre língua e linguagem na internet. In: 5º Simpósio Hipertexto e Tecnologias na Educação. *Anais...* Recife: UFPE/NEHTE, 2013.

BEZERRA, B. G. Normativismo linguístico em redes sociais digitais: uma análise da fanpage Língua Portuguesa no facebook. Comunicação apresentada na XXV Jornada Nacional do GELNE. Natal: UFRN, 2014.

DIAS, D. dos S. F.; DEUS, M. M. M. de; IRELAND, T. D. A contribuição do uso de dispositivos móveis para um currículo voltado a uma educação transformadora na EJA. *Espaço do Currículo*, v. 6, n.2, p. 280-291, maio-ago./2013.

DIEB, M.; AVELINO, F. C. B. “Escrevo abreviado porque é muito mais rápido”: o adolescente, o internetês e o letramento digital. In: ARAÚJO, J. C.; DIEB, M. (Orgs.). *Letramentos na Web: gêneros, interação e ensino*. Fortaleza: Edições UFC, 2009. p. 264-282.

FARACO, C. A. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

FARACO, C. A. O Brasil entre a norma culta e a norma curta. In: LAGARES, X.; BAGNO, M. (Orgs.) *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 259-275.

FERREIRA, F. J.; SHEPHERD, T. M. G. O “internetês” e os “mal-entendidos” no mundo virtual: sob a ótica da teoria da valoração. *Anais... XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia*, Rio de Janeiro, 2011.

GALLI, F. C. S. Internet(ês): (re)configuração de subjetividades. *Revista Travessias*, v. 2, n. 1, p. 01-10, 2008.

KOMESU, F.; TENANI, L. Considerações sobre o conceito de “internetês” nos estudos da linguagem. *Linguagem em (Dis)curso*, Palhoça, SC, v. 9, n. 3, p. 621-643, set./dez. 2009.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MONTEAGUDO, H. Variação e norma linguística: subsídios para uma (re)visão. In: LAGARES, X.; BAGNO, M. (Orgs.) *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 15-48.